

# A crise na saúde

As primeiras providências anunciadas pelo ministro da Saúde, Adib Jatene, em entrevista a **O Estado de S. Paulo**, para sanear o sistema público de saúde e combater a corrupção aí existente, podem constituir um bom começo para a recuperação desse setor, mergulhado em crise aguda. Não só porque partem de alguém que conhece a fundo o problema e já deu provas de competência na administração pública, como também porque o ministro se dispõe a ouvir todos os envolvidos nessa questão, a qual, pela sua própria complexidade, não permite soluções simplistas tomadas em gabinetes fechados.

A idéia de Jatene para combater um dos principais focos de corrupção e desperdício na saúde nasceu de sua experiência anterior nesse mesmo ministério: utilizar a informatização para controlar internações e consultas — tanto nos hospitais públicos como nos hospitais privados conveniados — de acordo com parâmetros técnicos que levem em conta, por exemplo, a população de uma cidade. A média nacional de internações hospitalares é, por ano, de 10% da população. Ora, segundo o ministro, alguns municípios chegam a internar em um ano quase metade de sua população, numa situação que considera “escandalosa”.

Para acabar com isso, aliado àquele sistema de controle, Jatene pretende estabelecer que os municípios deverão obedecer ao limite de internação mensal de 0,8% da população, o que totalizará, no período de um ano, 9,6%. “Os que se considerarem prejudicados deverão trazer demonstrativos de que estamos errados”, afirma o ministro, caso em que serão atendidos. Essa é uma medida que se for aplicada corretamente, com a indispensável flexi-

bilidade, poderá diminuir drasticamente o número de falsas internações.

Esse tipo de distorção não é comum nos grandes municípios. Os dados de que dispõe o ministro indicam que ela ocorre principalmente nos municípios menores, naqueles com menos de 30 mil habitantes. É neles, portanto, que se vai concentrar a ação de controle e fiscalização do Ministério. Também positivo é o fato de Jatene ter decidido começar esse trabalho por São Paulo, Estado que ele conhece melhor e onde dispõe de informações mais precisas, além de afastar, dessa maneira, qualquer suspeita de discriminação. Testado em São Paulo, o sistema deverá em seguida ser aplicado em todo o País.

Segundo Jatene, os dados de que já dispõe o Ministério permitem tomar “medidas um pouco duras, mas corretas” para acabar com esse tipo de distorção, mas promete que elas “serão precedidas de discussão com entidades profissionais e de hospitais e secretários de Saúde”. Essa é uma providência indispensável, porque a crise na saúde decorre de um emaranhado de causas — sendo que a principal talvez seja a irresponsabilidade e a incompetência com que o poder público tem agido — que só poderão ser corretamente determinadas com o concurso de todos os envolvidos. O maior responsável pela corrupção que campeia nesse setor é sem dúvida o próprio Estado, que remunera muito mal os hospitais e médicos conveniados e ainda atrasa sistematicamente os pagamentos, possibilitando ou mesmo incentivando a prática de irregularidades.

O prestígio de Jatene e a expectativa positiva criada pela sua volta ao ministério dão-lhe condições excepcionais para superar a profunda crise em que está mergulhada a saúde pública.